

## Editorial

Este número da Revista HISTEDBR Online está composto com artigos que abordam uma variedade de temáticas e períodos históricos da educação brasileira, cujos autores são de diversas instituições escolares de ensino superior nacionais e internacional, conforme a seguinte lista: Universidade do Porto – Portugal, UFPA, UFOPA, UNICAMP, UEM, UCB, UFU, UFTM, UFMS, UFC, URCA, UECE, UESB, UNIJIÚ, UNICESUMAR, UNOPAR, USP, UFF, UEL, UNEMAT, UTFPR, PUC/PR, UNIFAL e IFGO.

A seção de artigos inicia com o texto de Sara Pinheiro e Eunice Macedo intitulado “Cidadania nacional e europeia na educação: um olhar a partir do contexto português”. Neste artigo, as autoras analisam documentos portugueses e da União Europeia, que se referem às e aos jovens com intuito de debater a cidadania europeia.

Alberto Damasceno em “Pombal, a modernidade e as origens da reforma de ensino na América portuguesa e Portugal” discute o papel que a reforma do ensino realizada no Estado do Grão-Pará, em 1757, teve no domínio luso da região. Destaca-se que o instrumento legal que subsidiou a referida reforma foi o “Diretório dos índios” de 1757, o qual pode ser considerado o mais importante documento de política educacional da história da América portuguesa naquele período.

Décio Pena Duarte e Silvio Sánchez Gamboa em “A legislação educacional paraense e o projeto liberal civilizador: entre discursos e práticas (1841-1870)” analisam parte da legislação educacional produzida no Pará no período do Segundo Reinado, mais precisamente entre os anos de 1841 e 1870.

Iza Helena Travassos Ferraz de Araújo e Genylton Odilon Rêgo da Rocha no artigo “De “nocivo à educação geral” à “templo do saber”: as transformações no *Gymnasio Paes de Carvalho* na primeira república” discutem os objetivos atribuídos *Gymnasio Paes de Carvalho* e as transformações curriculares ocorridas nesta instituição na primeira república.

Karla N. Corrêa de Almeida e Clarice Nascimento de Melo em “Educação e desenvolvimentismo no Pará: as políticas “redentoristas” do governo de Zacarias de Assumpção – 1951 a 1956” analisam as políticas educacionais desenvolvidas no estado do Pará durante o governo de Zacarias de Assumpção nos anos compreendidos entre 1951 a 1956.

Maria José Aviz do Rosário no artigo “O pensamento tecnocrático e autoritário na educação brasileira, de 1964 a 1985” com intuito de refletir as atuais reformas educacionais em curso no país, discute e analisa os fundamentos do pensamento tecnocrático e autoritário implementado na educação brasileira pelos governos militares entre 1964 e 1985, principalmente as Leis 5.540/68 e 5.692/71 que reformaram respectivamente o ensino superior e o primário/secundário.

Marco Antonio Oliveira em “As formas de materialização das políticas de educação integral em Rondônia” analisa as formas de materialização das políticas de Educação Integral na Educação Básica do Estado de Rondônia.

Luciene Silva, Maria de Fátima Matos de Souza e Célio da Cunha em “A influência do pensamento pedagógico brasileiro na política de educação integral do século XXI” refletem sobre a construção do conceito de Educação Integral de Tempo Integral que vem

se desenvolvendo no cenário educacional brasileiro e de como esses conceitos contemporâneos são influenciados pelas concepções pedagógicas presentes no pensamento educacional desde o final do Século XIX e início do século XX.

Valéria Moreira Rezende e Rogéria Moreira Rezende Isobe no artigo “Professores sob o olhar vigilante do estado: o sistema de recompensas e punições como estratégia de modelização da prática docente em Minas Gerais” examinam aspectos da política educacional e das práticas escolares em Minas Gerais decorrentes da Reforma João Pinheiro em 1906.

Jorge Luis D'Avila e Christiane C. M. Fernandes em “Processo histórico de elaboração dos documentos curriculares para a educação física na rede pública municipal de ensino de Campo Grande – MS” apresentam o processo histórico de elaboração dos documentos curriculares para a Educação Física na rede pública municipal de ensino de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, destacando aspectos relevantes para compreender o pensamento ideológico assumido pela rede em questão.

Angela Rocha dos Santos e Maria Lília Imbiriba Sousa Colares em “O atendimento educacional no interior da Amazônia: o município de Belterra” pautadas pela compreensão da educação como política pública social abordam as dificuldades de um Município recém emancipado na superação dos seus problemas educacionais.

Alisson Slider do Nascimento de Paula, Kátia Regina Rodrigues Lima, Emmanoel Lima Ferreira e Frederico Jorge Ferreira Costa em “A pátria educadora e o abandono da educação superior: a predominância dos interesses dos empresários da educação” procuram desvelar o conteúdo subjacente da política educacional expressa nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, tendo em vista o lema governamental: Pátria Educadora, e especialmente sua relação com a educação superior.

Luciana Canário Mendes e Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro em “O processo de interiorização da educação superior em Vitória da Conquista/Bahia: a FFPVC” tecem algumas considerações sobre os primórdios da educação superior pública em Vitória da Conquista – Bahia, na década de 1970, tendo como eixo central a implantação da Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista (FFPVC).

Mário José Puhl em “O conhecimento e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” aborda a dinâmica da produção do conhecimento sob a ótica do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e do sentido de existir da universidade.

Solange Franci Raimundo Yaegashi, Robson Borges Maia, Luciane Guimarães Batistella Bianchini, Luciana Maria Caetano e Teresa Kazuko Teruya em “Limites e possibilidades de uma pedagogia para a modernidade líquida”, procuram identificar as características que uma teoria pedagógica deve possuir para atender de forma adequada às demandas que recaem sobre a escola no atual momento histórico em que vivemos.

Adriana Regina de Jesus Santos, Rogerio da Costa, Claudia Chueire de Oliveira, Helio Jose Luciano e Nathalia Martins Martins no artigo “Alguns limites e possibilidades da prática pedagógica no contexto escolar” buscam identificar e analisar a concepção docente em relação aos principais aspectos que interferem de maneira positiva e negativa na prática pedagógica, levando em consideração o cotidiano escolar.

Alceu Zoia e Odimar João Peripolli em “Terra de negócio versus terra de trabalho: a terra como um direito para além do aparato legal” discutem sobre a questão da

propriedade da terra enquanto um direito para além do aparato legal. Em outros termos, o direito à terra como um direito humano.

Glez Rodrigues Freitas Bentes e Anselmo Alencar Colares em “A casa familiar rural e a política de educação do campo: história de resistência do movimento social no Oeste Paraense” buscam compreender o processo histórico de criação da Casa Familiar Rural de Santarém e sua relação com a constituição do movimento social do campo do Oeste Paraense pela sua efetivação como política educacional do campo.

Rodrigo Freese Gonzatto e Luiz Ernesto Merkle em “Vida e obra de Álvaro Vieira Pinto: um levantamento biobibliográfico” realiza o levantamento biográfico de Álvaro Borges Vieira Pinto (Campos dos Goytacazes, RJ, \*1909 – Rio de Janeiro, RJ, †1987) e apresenta uma bibliografia atualizada de sua produção intelectual, trazendo novas informações e retificando algumas datas e referências.

Romeu Adriano da Silva em “Tendências do marxismo: “ontologia do ser social” e anti-engelsismo” discute a persistência de uma postura anti-Engels no seio do próprio marxismo, de início apenas procurando indicar essa postura ao longo do tempo para, em seguida, priorizar a análise do que no artigo considerou como uma tendência do marxismo, denominada de “ontologia do ser social”.

Daniela Brusamarello, Angélica Ramos da Luz, Dilene Gomes Miranda, Sandra Regina Longhin e Luciene Lima de Assis Pires em “A educação ambiental no contexto da evolução da ciência, tecnologia e sociedade” expuseram uma breve revisão do cenário econômico e social nos quais evoluem a ciência e a tecnologia com objetivo de problematizar os desafios da educação ambiental nesse contexto.

Este número apresenta também duas resenhas e quatro resumos de teses e dissertações.

Oportunamente, gostaríamos de agradecer ao professor Manoel Nelito Matheus Nascimento pelo modo competente, sério e hercúleo que conduziu a editoração científica da Revista HISTEDBR Online desde 2003 até este número (69) em 2016. A partir de agora o professor Nelito como acostumamos a chamá-lo continuará contribuindo com nossa Revista, mas na condição de Membro do Comitê Editorial.

Em tempo, informamos que a partir do próximo número a Revista terá a editoração científica das professoras Mara Regina Martins Jacomeli (Unicamp) e Luciana Cristina Salvatti Coutinho (UFSCar) e do professor Régis Henrique dos Reis Silva (Unicamp).

Agradecemos a participação dos professores dos GTs HISTEDBR da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) na organização deste número da revista.

Por fim, desejamos boa leitura e que a Revista Histedbr Online com a publicação de mais este número possa contribuir para o debate e a difusão do conhecimento sobre a História da Educação Brasileira.

Coordenação Nacional do Histedbr